

Relatório de Gestão

Ano 2018

INTRODUÇÃO

Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro designado “POCAL”, na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas são elaborados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido na resolução, com o número 28 é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pelo Município no ano a que o mesmo se refere.

O Relatório de Gestão é elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e os limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas da Autarquia na perspetiva de curto, médio e longo prazo;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

Enquadramento Específico

O Ano 2018 fica de certa forma relacionado com a concretização, em simultâneo, de dois dos mais avultados investimentos municipais da história do Município. As Grandes Opções do Plano para 2018 refletiam a programação financeira destes dois investimentos que no seu conjunto, ascendem aos cinco milhões e seiscentos mil euros.

Quer a obra do Pavilhão Multiusos de Mértola quer o Lar de São Miguel do Pinheiro, sendo desde há muito tempo uma ambição do executivo municipal e uma prioridade para o Concelho de Mértola, puderam finalmente em 2018 começar a vislumbrar-se no terreno, deixavam de ser apenas uma ambição e começavam a ser uma realidade.

Estas duas obras, a par do Saneamento de Montes Altos e da Reabilitação da Casa Cor de Rosa no Centro histórico de Mértola, concentravam a grande fatia do investimento previsto para 2018.

Nas Grandes Opções do Plano aprovadas, era ainda possível perceber que outros investimentos importantes iriam iniciar, em breve, como veio a acontecer, com o início das empreitadas de Saneamento e Pavimentação das localidades de Picoitos e Alves.

Ao nível das obras administração direta, no ano de 2018, os recursos concentraram-se na continuação da obra de recuperação do Edifício dos Antigos Bombeiros, para instalação de serviços, na reparação de diversas estradas de terra batida, na reparações em betuminoso de diversas estradas, na continuação da recuperação dos arruamentos em Mina São Domingos e ainda nas limpezas no perímetro florestal de Mértola.

Destacar ainda também neste ano 2018 o novo impulso dado ao nível dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho, para além do reforço de verbas que os novos acordos estabeleceram, foi ainda possível continuar a celebrar acordos em áreas de intervenção diversas das anteriores.

Síntese da Atividade Desenvolvida

Em 2018, primeiro ano de mandato deste novo executivo, para além das iniciativas e eventos que habitualmente fazem parte da programação cultural do Município, foi ainda possível introduzir outras iniciativas em áreas diferentes e que permitiram diversificar a oferta cultural.

De entre as iniciativas de mais destaque, surgem os tradicionais eventos, Festival do Peixe do Rio, que em 2018 teve a sua XVI, a Feira do Mel, Queijo e Pão, que atingiu a sua XX edição, a Feira da Caça de Mértola que é já um evento de referência a nível nacional nesta área e que de ano para ano continua a crescer em numero de expositores e de visitantes, e ainda as Tradicionais Festa Da Vila, que em 2018 recuperaram alguma da dinâmica perdida nos últimos anos e voltaram a animar de forma bastante positiva as noites de São João.

Destacar ainda a realização do XIV Encontro de Empresários do Concelho de Mértola; o Mês da Música; As Caminhadas sem Lixo; o Mertola Radical; MertolArte 2018; os Jogos Concelhios; o Programa “Lembrar Serrão Martins”; As Comemorações do 25 de Abril; A Feira Do Livro; mais uma edição dos Trilhos de Mértola, que atingiu também já uma projeção importantíssima, sendo já um evento de referencia nesta área, apesar da sua tenra idade.

Em parceria com outras entidades foi ainda possível captar importantes investimentos para o Concelho, nomeadamente no âmbito da Recuperação Ambiental da Mina de São Domingos e na Eletrificação Rural.

Em termos globais, as ações concretizadas, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros. De referir que os valores apresentados referem-se à execução anual das Grandes Opções do Plano, e por isso contemplam despesa corrente e despesa de capital, que no seu conjunto ascendem aos 8.270.000€. Apresentamos em baixo, os valores acumulados por área de intervenção:

Administração Geral	-	318.973€
Segurança e Ordem Pública	-	145.723€
Educação	-	543.570€
Ação Social	-	1.267.844€
Habituação e Serviços Coletivos	-	1.606.651€
Serviços Culturais e Recreativos	-	437.431€
Indústria e Energia	-	603.549€
Transportes e Comunicações	-	859.624€
Comércio e Turismo	-	1.694.799€
Administração Autárquica	-	152.415€
Parque Móvel	-	640.862€

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo do relatório de gestão pretende-se avaliar de forma detalhada o desempenho financeiro do Município ao longo do ano 2018. Quando se analisa o desempenho financeiro, analisa-se a realidade nua e crua dos números, sendo inquestionável que os números falam por si, também não é menos verdade que os próprios números são sempre suscetíveis de várias interpretações. Tentaremos ao longo deste capítulo apresentar os números sem deixar obviamente de dar as explicações necessárias para as execuções menos conseguidas.

O Ano 2018 não foi de facto um bom ano para os “números” agravado talvez pelas fortes expetativas que foram criadas, sendo por isso um ano em que talvez seja possível comprovar a velha máxima, de que por vezes o máximo de empenho, nem sempre traduz um elevado desempenho.

Analisaremos de forma exaustiva a evolução das principais rúbricas do orçamento da receita e da despesa, tendo sempre como referência por um lado, os valores previsionais, e por outro lado também os resultados alcançados no ano anterior, dando, sempre que se justifique, as explicações que se revelem necessárias para melhor compreender os desvios verificados.

Em termos globais o Município gerou no exercício de 2018 receitas no montante de catorze milhões quatrocentos e sessenta e sete euros, tendo executado despesa no montante global de catorze milhões novecentos e vinte e três euros.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2017 no montante de três milhões novecentos e oitenta euros a receita global ascendeu aos dezoito milhões e quatrocentos e quarenta e sete euros.

Da relação destas três variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte no montante de três milhões quinhentos e vinte e quatro euros.

Após aprovação da conta de gerência de 2018, o saldo apurado irá permitir através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2019, revisão a ser presente aos órgãos competentes para aprovação em simultâneo com a prestação de contas.

Registrar como positivo, o facto de em 2018, se ter conseguido executar despesa acima da receita arrecadada, na ordem do meio milhão de euros, que reflete a tendência já registada no ano anterior, mas num montante relativamente inferior.

A aplicação do saldo de gerência irá permitir dotar do ponto de vista orçamental projetos e ações cujos concursos já estão a decorrer, como sejam, a construção do CAO, os Arruamentos em Alcaria Ruiva, a Reabilitação Urbanística da Mina de São Domingos, A Construção do Parque de Autocaravanas, a renovação do Parque de automóvel e de maquinaria, entre outras de natureza corrente.

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1** apresentamos de forma resumida o valor global da receita e despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, dando simultaneamente conta dos valores globais da execução e os respetivos desvios relativamente ao valor orçamentado.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução

DESIGNAÇÃO	Orçamento 2018			Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (1)	Final (2)	Execução (3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	(6)=(3)/(2)
RECEITAS						
Correntes	12.828.490,00	12.966.913,75	12.537.361,98	138.423,75	-429.551,77	97%
Capital	5.897.964,00	6.506.987,00	1.920.467,60	609.023,00	-4.586.519,40	30%
Outras Receitas	0,00	3.980.876,79	3.990.093,63	3.980.876,79	9.216,84	100%
TOTAL	18.726.454,00	23.454.777,54	18.447.923,21	4.728.323,54	-5.006.854,33	79%
DESPESAS						
Correntes	10.158.425,00	12.399.553,15	9.831.336,75	2.241.128,15	-2.568.216,40	79%
Capital	8.568.029,00	11.055.224,39	5.092.212,99	2.487.195,39	-5.963.011,40	46%
TOTAL	18.726.454,00	23.454.777,54	14.923.549,74	4.728.323,54	-8.531.227,80	64%

Em termos globais, o orçamento do lado da receita cobrada atingiu valores idênticos aos do ano anterior, ou seja, cerca dos catorze milhões e meio de euros, sendo que por sua vez do lado da despesa os valores executados, caíram em cerca de um milhão de euros em comparação com os valores de 2017. Quando todos os indicadores apontavam no sentido de uma crescente taxa de execução da despesa, nomeadamente da despesa de capital, cuja execução 2017 ascendeu aos seis milhões e meios de euros, o ano 2018 voltou a registar uma execução abaixo das expectativas.

O orçamento inicial de 2018 apresentava uma dotação inicial na ordem dos dezoito milhões e setecentos mil euros. Fruto essencialmente da introdução do saldo de gerência anterior, e de alguns financiamentos aprovados no decurso do ano, o orçamento final ascendeu aos vinte e três milhões e quatrocentos mil euros, o que reflete um acréscimo na ordem dos 25%.

Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no Orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 79% do lado da receita e 64% do lado da despesa. O nível de execução do lado da receita poderá ser considerado como bastante positivo, apesar de ter descido em relação a 2017. Do lado da despesa, onde por norma as execuções são sempre inferiores, os 64% são

fortemente influenciado pela menos conseguida execução da componente de capital, que se situou nos 46%.

A receita corrente apresenta uma execução de 97%, idêntica aos últimos anos, por sua vez a receita de capital, que é sempre mais imprevisível, neste ano em concreto, está fortemente influenciada pela não utilização dos empréstimos que se encontram contratados para o Lar de São Miguel e Pavilhão Multiusos de Mértola, e que não registaram qualquer utilização, daí a execução de 30%.

A Despesa corrente com uma execução de 79% mantém também a tendência dos últimos anos, sendo que a despesa de capital, em função da menor execução das duas grande obras do ano, voltou a registar uma execução abaixo dos 50%.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Em 2018 realizaram-se doze alterações e duas revisões ao orçamento municipal e às grandes opções do plano. Comparativamente com o ano anterior realizaram-se menos uma alteração e menos duas revisões. Uma alteração em média por mês, parece-nos um número aceitável, considerando a forma como os documentos previsionais estão construídos, quer pelo número de ações e atividades que se encontram discriminadas, muitas delas ainda desagregadas em duas ou três sub-ações, em função da tipologia da despesa associada, quer pela diversidade de tarefas e ações a que o Município executa diariamente.

Na sua grande maioria as alterações elaboradas servem essencialmente para introduzir pequenos ajustamentos em determinadas rubricas de despesa ou ações do plano, em função dos valores previsionais que são disponibilizados e considerados nos documentos iniciais, sendo que isso não será fácil de evitar, uma vez que o hiato temporal que decorre entre a elaboração dos documentos e a concretização das ações origina muitas vezes estas situações.

O ajustamento mais significativo foi introduzido pela 1ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão, para além da introdução do saldo da gerência de 2017, permitiu reforçar algumas rubricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda, compensar os ajustamentos necessários na componente de capital.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e ainda a sua evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2018 apuradas através da execução orçamental traduziram-se no seguinte resumo:

Saldo da Gerência de 2017		3.980.875,79€
Receita total cobrada na Gerência de 2018		14.467.047,42€
	SOMA	18.447.923,21€
Despesa efetuada na Gerência de 2018		14.923.549,74€
Saldo para a Gerência seguinte (2019)		3.524.373,47€

Análise Global da Receita

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam aos dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e sete euros, sendo 68% de receitas correntes num total de doze milhões quinhentos e trinta e sete euros, 10% de receitas de capital, no valor de um milhão novecentos e vinte euros, e ainda 22% de outras receitas, no valor de três milhões e novecentos e noventa euros, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

Receita Corrente

Com uma execução de 97% reflete um desempenho idêntico ao alcançado em anos anteriores. Trata-se de uma execução de referência a todos os níveis, pois apenas duas rúbricas ficaram abaixo dos 100% de execução, as transferências corrente que se situaram nos 94% e as outras receitas correntes que atingiram os 97%.

Em termos absolutos, em 2018 foi possível arrecadar cerca de doze milhões e quinhentos mil euros de receita corrente, valor que superou os doze milhões e trezentos mil euros arrecadados em 2017. A receita corrente arrecadada, como se sabe provem essencialmente das transferências do orçamento de estado, que em 2018 representam 80% do orçamento total da receita corrente, num total que ascende aos dez milhões

de euros. Por sua vez, quer os impostos diretos, quer a venda de bens e serviços correntes, com cerca de 12% de peso relativo, o que equivale a cerca de um milhão e meio de euros, registaram uma muito boa execução, passando de um peso relativo de 10% para 12%, o que se traduz em cerca de mais duzentos mil euros acima do valor arrecadado em 2017. É sem dúvida um dado importante a reter, no sentido em que a estrutura da receita corrente recupera alguma independência em relação às transferências do orçamento de estado.

Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 2 - Receita Corrente 2018						
RECEITAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Impostos Diretos	652.950,00	5%	809.483,72	6,5%	156.533,72	124%
Impostos Indiretos	17.150,00	0%	28.305,07	0,2%	11.155,07	165%
Taxas, Multas e Penalidades	155.771,00	1%	155.424,64	1,2%	-346,36	100%
Rendimentos de Propriedades	541.422,00	4%	550.309,88	4,4%	8.887,88	102%
Transferências Correntes	10.703.780,75	83%	10.086.659,07	80,5%	-617.121,68	94%
Venda de Bens e Serviços Correntes	685.307,00	5%	702.920,08	5,6%	17.613,08	103%
Outras Receitas Correntes	210.533,00	2%	204.259,52	1,6%	-6.273,48	97%
Total das Receitas Correntes	12.966.913,75	100%	12.537.361,98	100%	-429.551,77	97%

Da análise à estrutura da receita corrente confirma-se o que anteriormente referimos acerca da dependência da Autarquia face às transferências correntes, mais propriamente face às transferências do orçamento de estado. Confirma-se também que a rúbrica de impostos diretos e a venda de bens e serviços correntes no seu conjunto estão a ganhar peso relativo no total da receita, e que já representam mais de 12%.

Faço ao ano anterior em termos absolutos de registar especialmente o incremento ao nível dos impostos diretos, que passou de seiscentos e oitenta mil euros para oitocentos e nove mil euros, o que representa uma variação de cerca de 18%.

Receita de Capital

A receita de capital totalizou o montante de um milhão novecentos e vinte mil euros. O que representa aproximadamente cerca de 10% da receita total da Autarquia.

O peso relativo desta componente da receita oscila consideravelmente em função do melhor ou pior andamento dos quadros comunitário, pelo que, encontrando-nos nesta fase no início de um novo quadro mas ainda sem impacto direto esperado na receita, daí o seu peso ser ainda pouco significativo. Neste ano em concreto de referir também que se tivesse verificado a utilização dos empréstimos aprovados no valor de dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, o nível de execução seria logo totalmente diferente, o que confirma o que se disse inicialmente acerca dos números, que muitas vezes explicações simples, justificam aquilo que poderão ser considerados grandes desvios.

Esta componente da receita apresenta uma execução na ordem dos 30% em relação ao valor previsto no orçamento final. Para um total de receita prevista de seis milhões e meio de euros, foram arrecadados cerca de dois milhões de euros – **Quadro 3**.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 3 - Receita de Capital 2018						
RECETAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	7,00	0%	154.318,42	8%	154.311,42	2204549%
Transferências de Capital	3.697.780,00	57%	1.764.349,18	92%	-1.933.430,82	48%
Ativos Financeiros	1.200,00	0%	1.800,00	0%	600,00	150%
Passivos Financeiros	2.750.000,00	42%	0,00	0%	-2.750.000,00	0%
Outras Receitas de Capital	58.001,00	1%	0,00	0%	-58.001,00	0%
Total das Receitas de Capital	6.506.988,00	100%	1.920.467,60	100%	-4.586.520,40	30%

Análise Global da Despesa

O orçamento final de 2018 apresentava uma dotação global de aproximadamente vinte e três milhões e meio de euros, sendo que doze milhões e quatrocentos mil euros respeitava a despesa corrente e cerca de onze milhões de euros a despesa de capital, ou seja, um proporção de 52% despesa corrente, 48% despesa de capital o que traduz um rácio muito interessante, e que deveria servir como modelo em orçamentos futuros.

A taxa de execução das despesas correntes é de 79%, num total de nove milhões e oitocentos mil euros, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 46% com aproximadamente cinco milhões de euros arrecadados.

Comparativamente com o ano anterior regista-se um ligeiro acréscimo da despesa corrente na ordem dos 3%, o que confirma a tendência já registada em 2017, e que em termos absolutos se traduz num acréscimo de aproximadamente trezentos mil euros. À semelhança do ano anterior esse acréscimo dá-se essencialmente pela via das despesas com pessoal, que em dois anos passam de quatro milhões e seiscentos mil euros para quase cinco milhões de euros, o que se traduz num aumento de aproximadamente de 9%.

As despesas de capital por sua vez, que em 2017 tinham dado bons sinais de recuperação, voltaram a quebrar essa tendência positiva de crescimento e regrediram em cerca de 20%, situando-se num montante próximo dos cinco milhões de euros.

Despesa Corrente

Neste ponto será efetuada uma breve abordagem aos valores orçamentados da despesa corrente comparativamente com os valores executados, e apresentadas algumas conclusões acerca dos desvios mais significativos. - **Quadro 4.**

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 4 - Despesa Corrente 2018						
DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Pessoal	5.234.000,00	42%	4.991.421,71	51%	-242.578,29	95%
Aquisição de Bens e Serviços	5.543.652,15	45%	3.592.691,15	37%	-1.950.961,00	65%
Aquisição de Bens	1.461.713,29	12%	1.054.356,52	11%	-407.356,77	72%
Aquisição de Serviços	4.081.938,86	33%	2.538.334,63	26%	-1.543.604,23	62%
Juros e outros encargos	15.000,00	0%	9.765,16	0%	-5.234,84	65%
Transferências Correntes	1.376.251,00	11%	1.094.818,02	11%	-281.432,98	80%
Subsídios	120.300,00	1%	93.829,34	1%	-26.470,66	78%
Outras Despesas	110.350,00	1%	48.811,37	0%	-61.538,63	44%
Total das Despesas Corrente	12.399.553,15	100%	9.831.336,75	100%	-2.568.216,40	79%

Em termos globais a despesa corrente, cujo previsão se situava nos doze milhões e quatrocentos mil euros, com as despesas de pessoal a representarem 42% e as aquisições de bens e serviços a representarem 45%.

Apesar das despesas com pessoal em termos absolutos registarem uma execução na ordem dos cinco milhões de euros, 5% abaixo da previsão, as mesmas representam na execução final 51% do orçamento da despesa corrente, cerca de 1% acima dos valores de 2017.

Quanto as aquisição de bens e serviços, cuja execução se situou nos três milhões e meio de euros, cerca de 35% abaixo do valor previsto, significa que esta rúbrica da despesa mantém um peso relativo de 37% do orçamento da despesa corrente, exatamente o mesmo registo de 2017.

Todas as restantes rúbricas da despesa corrente mantem valores e percentagem de execução muito semelhantes às dos últimos anos, mantendo também por isso o seu peso relativo no total da despesa corrente do Município.

Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxas de execução – **Quadro 5**.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 5 - Despesa de Capital 2018						
DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	9.954.727,39	90%	4.260.059,61	84%	-5.694.667,78	43%
Transferências de Capital	474.068,00	4%	287.824,77	6%	-186.243,23	61%
Activos Financeiros	108.428,00	1%	81.324,75	2%	-27.103,25	75%
Passivos Financeiros	275.000,00	2%	260.947,64	5%	-14.052,36	95%
Outras Despesas	243.001,00	2%	202.056,22	4%	-40.944,78	83%
Total da Despesa de Capital	11.055.224,39	100%	5.092.212,99	100%	-5.963.011,40	46%

No ano 2018 foram pagas despesas de capital no montante de aproximadamente cinco milhões de euros, para uma previsão de despesa que rondava os onze milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 46%.

Comparativamente com os dados de 2017, é possível perceber uma descida em termos dos valores efetivamente pagos, na ordem do milhão e quatrocentos mil euros.

Esta tipologia de despesa representam em 2018, cerca de 34% da despesa total paga pela autarquia nesse ano, o que significa uma regressão na ordem dos 6% em relação aos valores realizados no ano anterior.

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 84% do total da despesa de capital paga e cerca de 29% do total das despesas do Município.

INVESTIMENTO MUNICIPAL

O Investimento Municipal previsto para o ano era de nove milhões e novecentos mil euros, sendo que seis milhões e trezentos mil euros, ou seja, cerca de 63% correspondia a investimentos em Bens do Domínio Privado e três milhões e seiscentos mil euros, ou seja, cerca de 36% a investimentos em Bens do Domínio Público. A execução registada, na ordem dos quatro milhões e duzentos mil euros, representa uma execução de aproximadamente 43%.

Os investimentos em bens do domínio privado, atingiram os três milhões e quinhentos mil euros com uma execução na ordem dos 43% enquanto os investimentos em bens do domínio público atingiram uma execução de dois milhões e cem mil euros que representa uma execução de 42% do valor previsto.

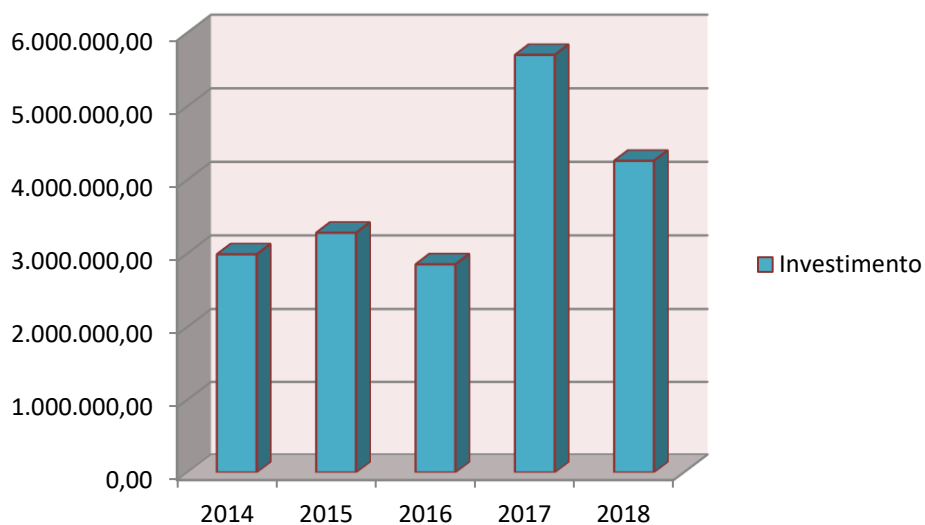
A evolução do investimento ao longo dos últimos anos é apresentada no quadro seguinte – **Quadro 7**

Relatório de Execução Financeira					
Quadro 7 - Investimento Municipal Evolução					
	2014	2015	2016	2017	2018
Investimento	2.989.204,96	3.281.867,79	2.853.069,73	5.699.806,79	4.260.059,61

A informação apresentada no quadro 7 reflete a execução verificada na rúbrica da despesa com o código 07 – Aquisição de Bens de Capital, na prática a rúbrica que determina o nível de investimento realizado.

A execução bastante positiva alcançada em 2017 perspetivava um outro desempenho em 2018, o que não se veio a verificar, deverá contudo realçar-se que o nível de execução de 2018 é mesmo assim, muito superior a todos os restantes valores deste ciclo de avaliação.

Gráfico 1



Evolução do Investimento Municipal

A evolução do investimento municipal nos últimos 5 anos está bem demonstrada no gráfico que apresentamos em cima. É possível perceber as dificuldades atravessadas nos últimos exercícios, a enorme recuperação registada em 2017, e novamente uma desaceleração da componente de investimento, o que se explica como já foi referido anteriormente pela fraca execução das duas grande obras que estavam em execução em 2018.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste capítulo pretende-se demonstrar o desempenho da tesouraria municipal bem como a estrutura da dívida Municipal no final de 2018.

- **O Saldo da Atividade Corrente** – O saldo da atividade corrente resulta da diferença entre a receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga, em 2018 registou-se um saldo positivo de dois milhões e setecentos mil euros. Comparativamente com o ano anterior o saldo corrente diminui em cerca de cento e setenta mil euros. Registou-se um ligeiro aumento da receita corrente e também da despesa corrente, sendo que a despesa corrente cresceu mais. Esta situação na prática não representa qualquer constrangimento na gestão, considerando que o saldo corrente pode sempre ser utilizado para financiar despesa de capital, o que tem acontecido nos últimos anos.

- **O Saldo de Capital** – Por sua vez o saldo de capital, foi negativo em cerca de três milhões de euros, o que significa exatamente o que referimos anteriormente, ou seja, que muita do investimento esta a ser para ou com o saldo de tesouraria ou com a receita corrente.

- **O Saldo do Exercício** – O saldo do exercício reflete a diferença entre a receita total arrecada e a despesa total paga. Em 2018, o saldo do exercício foi de menos quatrocentos e cinquenta e seis mil euros. Significa que a Autarquia executou despesa acima da receita o que lhe permite ir reduzindo os saldos de tesouraria acumulados nos últimos anos.

- **O Saldo de Tesouraria** - O saldo de tesouraria resulta do saldo inicial existente em janeiro de 2018 adicionado do saldo do próprio exercício. No final de 2018 esse saldo é de três milhões duzentos e dezassete euros.

DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2018, a mesma totalizava dois milhões duzentos e trinta e oito mil euros€, sendo que quatrocentos e sete mil euros respeita a dívida de curto prazo e um milhão e oitocentos mil euros a dívida de médio e longo prazo.

O valor de dívida total apresentada no final de 2018, evidencia uma diminuição de mais de seiscentos mil euros, que represente aproximadamente uma redução de 20%, relativamente ao anterior, confirmando a tendência de descida já evidenciada nos últimos anos. Entre 2014 e 2018 a dívida do Município diminui mais de dois milhões e meio de euros, fruto essencialmente da diminuição da dívida bancária.

O – **Quadro 9**, que apresentamos de seguida reflete bem o enorme esforço efetuado pela Autarquia na redução da dívida municipal. O Município apresenta por isso, atualmente, uma situação financeira muito positiva também a este nível, o que lhe permite recorrer a financiamento bancário se assim o entender.

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 9 - Evolução das Dívidas a Terceiros				
	Dívida em 31/12/2015	Dívida em 31/12/2016	Dívida em 31/12/2017	Dívida em 31/12/2018
Dívidas de médio e longo prazo	3.692.391,73	2.811.078,46	2.427.570,73	1.831.128,62
Dívidas de curto prazo	328.334,59	320.863,25	443.912,13	407.797,90
TOTAL	4.020.726,32	3.131.941,71	2.871.482,86	2.238.926,52

De referir contudo, que o Município tem duas operações de crédito contratualizadas cujo período de carência vai terminar em maio de 2019, pelo que irá solicitar a respetiva libertação dos valores totais contratualizados para o Lar de São Miguel e para o Pavilhão Multiusos e que ascendem aos dois milhões setecentos e cinquenta mil euros. Será pois de esperar que a dívida de médio longo prazo vá refletir esse aumento no final de 2019.

Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2018, uma dívida a terceiros de curto de prazo de quatrocentos e sete mil euros, do quais oitenta e um mil euros respeitam à dívida do FAM a amortizar já em 2019.

Facilmente se conclui que a restante dívida de curto prazo é um valor residual, na sua grande maioria referente a faturação de fornecedores de dezembro que só foi rececionado na autarquia já em 2019 quando o ano 2018 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria e por esse motivo não pode ser paga.

Dívida de Médio e Longo Prazos

A dívida de médio e longo prazo é constituída essencialmente pela dívida resultante da contratação de empréstimos bancário. Com um montante de um milhão e oitocentos mil euros, tem atualmente com juros e amortizações um encargo na ordem dos duzentos e setenta mil euros anuais.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No quadro seguinte é apresentado a execução global das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano, e que em 2018 foi de 752%, num total de despesa paga de oito milhões duzentos e setenta e um mil euros, para um total de dotação prevista de quinze milhões e oitocentos mil e duzentos euros. – **Quadro 10.**

Relatório de Execução Financeira

Quadro 10 - Execução das Grandes Opções do Plano

Sector de Actividade	2017		Orçamento 2018			Distr. Invest.
	Executado	%	Final	Executado	%	
	(1)		(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	
Administração Geral	368.020,97	4%	881.785,00	318.973,00	36%	4%
Proteção Civil e luta contra incêndios	181.986,23	2%	235.600,00	145.723,00	62%	2%
Ensino Não Superior	10.276,00	0%	96.375,00	44.128,00	46%	1%
Serviço Auxiliares de Ensino	488.139,54	5%	622.101,00	499.441,00	80%	6%
Ação Social	396.574,14	4%	2.039.523,00	1.267.844,00	62%	15%
Habituação	151.744,03	2%	53.772,00	31.951,00	59%	0%
Ordenamento do Território	3.690,00	0%	282.800,00	0,00	0%	0%
Saneamento	266.333,89	3%	1.201.266,00	598.779,00	50%	7%
Abastecimento de Água	720.150,23	8%	1.021.640,00	647.805,00	63%	8%
Resíduos Sólidos	260.674,00	3%	329.330,00	245.527,00	75%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv. Natureza	150.098,57	2%	280.796,00	82.589,00	29%	1%
Cultura	378.594,99	4%	745.367,00	260.885,00	35%	3%
Desporto e Tempos Livres	419.926,31	4%	363.480,00	176.546,00	49%	2%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0%	0,00	0,00	0%	0%
Indústria e Energia	742.179,22	8%	974.500,00	603.549,00	62%	7%
Transportes Rodoviários	2.674.075,34	28%	1.789.111,00	859.624,00	48%	10%
Mercados e Feiras	1.004.910,16	11%	2.317.424,00	1.039.509,00	45%	13%
Turismo	570.558,53	6%	1.547.852,00	655.290,00	42%	8%
Desenvolvimento Económico	2.351,76	0%	25.000,00	0,00	0%	0%
Administração Autárquica	115.649,80	1%	190.000,00	152.414,00	80%	2%
Parque Móvel	637.624,75	7%	820.000,00	640.862,00	78%	8%
TOTAL	9.543.558,46		15.817.722,00	8.271.439,00	52%	100%

De referir que as grandes opções do plano são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que apenas inclui despesas classificadas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR's) que incluem um conjunto de Ações e de iniciativas classificadas nas diferentes rubricas da despesa corrente.

Os valores apresentados nas colunas (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga. Em 2018 o valor executado nas Gop's decresceu em relação ao anterior em cerca de 13%.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2018, sendo que nesse capítulo, assume particular destaque a rubrica da Ação Social, onde está inscrita a obra do Lar de São Miguel do Pinheiro e a rubrica Mercados e Feiras, em resultado da obra do Pavilhão Multiusos. Em relação à primeira, representa 15% do total da despesa, com um valor de execução que ascende ao milhão e

duzentos mil euros, quanto à segunda representa 13% da despesa com um valor de aproximadamente um milhão de euros.

De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou atividades e ações, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Setor de Administração Geral**, o valor total executado foi de trezentos e dezoito mil euros. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- A continuação das intervenções no edifício do antigo quartel dos bombeiros.
- Os seguros de pessoal, de bens e dos edifícios.

Ao nível da **Segurança e Ordem Pública**, o valor total executado foi de cento e quarenta e cinco mil euros. Para este valor contribuiu essencialmente os apoios atribuídos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola para funcionamento do Gabinete Municipal de Proteção Civil. Incluem-se neste capítulo ainda os trabalhos regulares anuais ao nível manutenção do perímetro florestal.

Ao nível do Setor **Educação**, o valor total executado foi de quinhentos e quarenta e três mil euros. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções / ações:

- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos que incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia de Mértola para prestação de serviços de apoio à Educação e para Gestão da Creche Municipal.
- Os apoios à ALSUD para dinamização do projeto Mértola tem Melodia.
- Implementação do Plano Municipal de combate ao insucesso escolar.

No ano em análise, o valor afeto á **Ação Social** ascendeu ao um milhão duzentos e sessenta e sete mil euros. Para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, importa referir os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- No âmbito das comparticipações do Cartão Social durante o ano 2018 foram efetuados 6 processamento, num total de sessenta e sete mil e setecentos euros.
- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, XXI Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
- No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, Apoio ao Segundo Filho e Apoio à População Portadora de Deficiência, foram pagos dezoito mil e trezentos euros.
- Os apoios concedidos à Universidade Sénior totalizaram catorze mil e oitocentos euros.
- A obra de construção do Lar de São Miguel do Pinheiro, com um volume de despesa de oitocentos e setenta e cinco mil euros.
- Os valores alocados aos novos programas de ocupação municipal ascenderam aos cem mil euros.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano trata-se de um valor residual na ordem dos trinta e dois mil euros. Referente a pagamentos das últimas tranches do loteamento da Mina de São Domingos e de pequenas intervenções ao nível da habitação social, para além dos apoios aos melhoramentos habitacionais que ascenderam aos vinte e um mil euros.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de quinhentos e noventa e oito mil euros. Este setor tem sido nos últimos anos prioritário ao nível da realização de investimento. Neste ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- O início da obra de saneamento básico, abastecimento de água e arruamentos em Alcaria Longa, com um total de duzentos e onze mil euros;
- A conclusão da obra em Montes Altos, com um total de cento e oitenta e dois mil euros.

- Os serviços de manutenção e controlo de qualidade das ETAR's das diversas povoações do Concelho, com um valor total de despesa que ascendeu aos cento e setenta mil euros.

O **Abastecimento de Água**, é outro dos setores de atividade que tem sido nos últimos anos objeto de investimento considerável. Em 2018, o investimento neste setor totalizou seiscentos e quarenta e sete mil e oitocentos euros.

- O início da obra de saneamento básico, abastecimento de água e arruamentos em Alcaria Longa, com um total de cento e setenta e três mil e seiscentos euros.
- A conclusão das obras de Montes Altos, com cerca de trinta e dois mil euros.
- Serviços de operação de manutenção dos sistemas de abastecimento das diversas povoações, com um valor que ascendeu aos setenta e quatro mil euros.
- Realização de análises para controlo de qualidade da água, que totalizou trinta e dois mil euros.
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo trezentos e treze mil euros.

O investimento na área dos **Resíduos Sólidos** totalizou em 2018 o valor de duzentos e quarente e cinco mil euros. Neste setor de atividade a despesa realizada prende-se com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos e com a deposição dos resíduos no aterro da Resialentejo.

O investimento na área da **Cultura** no ano 2018 ascendeu aos duzentos e sessenta mil euros. Para este valor contribuíram os apoios atribuído às associações culturais, quer para a atividade regular quer para a realização de investimentos, que totalizaram:

- Apoio para Atividades Regulares – trinta mil e novecentos euros;
- Apoio para Aquisição de Equipamentos e Investimento – onze mil e quatrocentos euros;

Contribuíram ainda para a despesa global neste setor toda a despesa afeta à dinamização da promoção das diversas atividades relacionadas com a Agenda Cultural do Município, como seja: A programação regular da Biblioteca Municipal, Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana "Lembrar Serrão Martins" e as Comemorações de São Martinho, bem como a realização do Festival MUR.

A realização de atividades no setor **Desporto, Recreio e Lazer**, totalizaram cento e setenta e seis mil euros. Para o valor despendido com este setor de atividade, contribuíram essencialmente os apoios concedidos aos vários clubes desportivos do Concelho.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído ao abrigo do Programa de Apoios Regulares contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2018, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Atividade Regular – cento e nove mil euros;
- Apoio específico para investimentos – dez mil euros;

Na área da **Indústria e Energia**, o valor afeto ascendeu aos seiscentos e três mil euros. Refere-se essencialmente ao custo anual da iluminação pública do Concelho e o fornecimento de energia para as diversas instalações propriedades do Município. Incluem-se ainda nesta rúbrica algumas melhorias introduzidas no reforço das redes de iluminação pública.

Neste ano em concreto, a execução nesta rúbrica foi ainda influenciada pela execução do projeto de eletrificação rural, cujo valor pago foi de sessenta e cinco mil euros.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de oitocentos e cinquenta e nove mil euros. Realizaram-se ao longo do ano importantes intervenções por administração direta nos arruamentos em diversas povoações e também em algumas estradas e caminhos municipais do Concelho. Destacamos as seguintes intervenções:

- Novas intervenções em arruamentos na Mina de São Domingos;
- Beneficiação de arruamentos em diversas povoações, e ainda as intervenções habitualmente levadas a cabo na manutenção de bermas e no corte de vegetação;
- A conclusão da variante em Moreanes, cujo valor da intervenção foi de cinquenta a oito mil euros;
- A conclusão dos arruamentos em São João dos Caldeireiros, que regista ainda um valor de trinta e um mil euros;
- O Início das obras em Alcaria Longa, com um valor total afeto de duzentos e três mil euros;
- Conclusão das obras em Montes Altos, com um valor total de duzentos e oitenta e sete mil euros;
- A Conclusão da EM 506, com um valor total pago de quarenta e cinco mil euros.

No setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de um milhão e trinta e nove mil euros. Para este valor contribui essencialmente a obra de construção do Pavilhão Multiusos em Mértola, cuja despesa paga no ano ascendeu aos novecentos e sessenta e dois mil euros. Contribuíram ainda para aquele montante, as despesas relacionadas com a realização da Feira do Mel, Queijo e Pão, a FERIA Agro-Pecuária Transfronteiriça de Vale do Poço, e ainda algumas ações relacionadas com o projeto Mertola Com Gosto.

Na rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de seiscentos e cinquenta e cinco mil euros. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 16ª Edição do Festival do Peixe do Rio;
- Festas da Vila;
- Participação na Ovibeja;
- 9ª Edição da Feira da Caça;
- E ainda as verbas despendidas com a obra de recuperação da Casa Cor de Rosa no Centro Histórico de Mértola e as verbas despendidas com promoção das rotas e percursos pedestres.

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia. O quadro em baixo – **Quadro 11**, resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

Quadro 11 - Fluxo Financeiro 2018

Juntas de Freguesia	Escolas	Cobrança Água	Ramais Água, Saneamento e limpeza de fossas	Limpeza de Vias	Limp. De Edifícios - Mercado	Centro Polivalente C.Pinto	Limpeza Bermas	Total
Alcaria Ruiva	2.460,28	2.410,17	593,81	12.993,12	0,00		0,00	18.457,38
Corte Pinto	3.004,08	4.655,33	1.008,01	9.031,93	8.420,49	1.787,51	0,00	27.907,35
Espirito Santo	0,00	879,96	896,04	7.535,48	0,00		0,00	9.311,48
Mértola	5.550,56	1.743,56	2.654,19	18.937,92	0,00		0,00	28.886,23
São João dos Caldeireiros	1.733,32	3.298,67	386,26	7.871,72	0,00		0,00	13.289,97
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	1.714,66	4.549,61	1.928,17	20.178,27	0,00		4.200,00	32.570,71
Santana da Cambas	2.533,88	2.398,19	2.169,78	14.889,86	0,00		0,00	21.991,71
TOTAL	16.996,78	19.935,49	9.636,26	91.438,30	8.420,49	1.787,51	4.200,00	152.414,83

As transferências totais efetuadas para as juntas de Freguesia ascenderam aos cento e cinquenta e dois mil euros. O protocolo que maior valor representa no total das transferências é o da limpeza das vias, que ascende aos noventa e um mil euros. Este protocolo fruto da revisão sofrida no início de 2018, aumentou as transferências para as freguesias em mais de cinquenta por cento, passando de cinquenta e nove mil euros para noventa e um mil euros.

Quer o protocolo para as cobranças de água, que já ascende aos dezanove mil euros que o protocolo para a manutenção e limpeza dos estabelecimentos de ensino, que totaliza aproximadamente dezassete mil euros, traduzem uma importante receita para os cofres das Freguesias

De destacar ainda a celebração de um novo protocolo com a Freguesia de Corte Pinto, mas a dinamização do centro comunitário de Corte Pinto.

No setor do **Parque Móvel** em 2018 foram investidos um total de seiscentos e quarenta mil euros.

Para este valor contribuiu em grande parte, a despesa com aquisição de gasóleo para o funcionamento da Autarquia, que ascendeu aos trezentos e trinta mil euros.

Nesta rúbrica ainda, são considerados os investimentos anuais necessário à renovação do parque automóvel.

Neste ano em concerto foram adquiridos uma viatura usada de 6 lugares da marca Toyota para o serviço de obras, 3 viaturas ligeiras de passageiros da marca Peugeot e uma máquina retroescavadora.

FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013 e também as ações já no âmbito do novo quadro comunitário – Portugal 2020.

Quadro 12 - O quadro em baixo resume o volume de investimento candidatado ao longo dos dois últimos quadros comunitários de apoio, bem como o volume de investimento e financiamento aprovado.

Designação Quadro Comunitário / Programa Operacional	acumulado até 31/12/2017		acumulado até 31/12/2018				Valores de 2018	
	Financiamentos Recebidos Acumulados		Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de pagamento apresentados	financiamentos recebidos
QREN 2007/2013								
INALENTEJO	6.912.493,87		9.977.784,16	9.640.187,62	8.741.055,99	7.267.738,00		
POCTEP	760.942,62		1.096.358,88	1.096.358,88	1.096.358,88	822.269,16		50.065,00
PRODER	630.033,09		1.284.663,99	1.087.087,00	1.087.087,00	759.424,99		
POPH	162.174,71		282.711,64	244.122,76	244.122,76	172.775,10		
POVT	4.144.561,74		7.137.835,42	6.316.537,31	5.114.068,13	4.346.957,91		
COMPETE	304.014,46		389.701,31	379.246,31	379.246,31	322.359,36		
SUB-TOTAL	12.914.220,49		20.169.055,40	18.763.539,88	16.661.939,07	#####		50.065,00
PORTUGAL 2020	Pedidos de Pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos Acumulados	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de pagamento apresentados	financiamentos recebidos
ALENTEJO 2020	368.768,79	296.704,76	12.099.376,56	4.466.936,63	3.481.549,98	2.905.607,48	408.006,99	311.323,27
POSEUR	637.480,78	546.724,37	6.059.796,64	4.684.237,16	3.336.589,29	2.836.100,89	642.217,60	435.002,68
PDR 2020	-	-	177.368,12	112.887,47	101.776,73	66.813,03		
POCTEP	-	51.396,90	1.098.025,44	670.354,00	415.122,00	271.322,00		
POISE	47.729,40	15.551,83	47.729,40	47.729,40	47.729,40	43.911,05		
SUB-TOTAL	1.053.978,97	910.377,86	19.482.296,16	9.982.144,66	7.382.767,40	6.123.754,45	1.050.224,59	746.325,95
TOTAL	26.882.419,95	13.824.598,35	39.651.351,56	28.745.684,54	24.044.706,47	19.815.278,97	1.050.224,59	796.390,95

Em resumo, são cerca de quarenta milhões de euros de investimento candidatado ao longo dos dois quadros comunitários de apoios e cerca de vinte milhões de euros em financiamentos aprovados, o que espelha bem a enorme capacidade evidenciada pelo Município em captar financiamento comunitário para fazer face às intervenções que pretende executar, e que só dessa forma é possível concretizar os investimentos avultados que tem sido realizados.

No âmbito do novo quadro comunitário – Portugal 2020, de salientar o montante de cerca de vinte milhões de euros de investimento candidatado, que corresponde a cerca de seis milhões de euros de financiamento aprovado.

ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Apresentamos de seguida alguns indicadores que nos ajudam a perceber melhor a estrutura económica/financeira da autarquia de Mértola, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

Grau de cobertura global das receitas e das despesas

Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais

2015	2016	2017	2018
104%	112%	125%	97%

Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza

2015	2016	2017	2018
45%	58%	35%	38%

Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza

2015	2016	2017	2018
136%	135%	130%	128%

Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas

2015	2016	2017	2018
85%	92%	76%	79%

Os rácios apresentados neste título permitem-nos essencialmente avaliar a capacidade da Autarquia em gerar receitas que lhes permita cobrir as despesas. Este indicador registou em 2018 uma percentagem de 97%, o que significa que em 2018 a autarquia não gerou receitas suficientes para cobrir a totalidade da despesa, o que não representa qualquer perigo de maior, considerando o elevado volume de saldo de tesouraria existente. Relativamente ao segundo indicador, que registou em 2018 uma percentagem de 38% significa que a despesa de capital realizada pela Autarquia foi muito superior à receita da mesma natureza arrecadada no ano, o que também não representa qualquer perigo de maior, considerando que a Autarquia

pode sempre pagar despesa de capital com receita corrente, já o contrário não é permitido, e por isso decidiu afetar 90% do fundo de equilíbrio financeiro à componente corrente, sendo essa uma possibilidade de acordo com a lei das finanças locais. O que de certa forma é verificado no rácio seguinte, onde se pode comprovar que a receita corrente cobrem toda a despesa corrente e ainda registam um saldo de 28%, valor esse que foi canalizado para pagar despesa de capital.

O último rácio é apenas a confirmação do grau de dependência do orçamento municipal face às transferências quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários. Esta é uma realidade a que já estamos habituados e para a qual não há muito a fazer, a não ser trabalhar no sentido de garantir que se atinja alguma estabilidade ao nível das transferências do orçamento de estado e ainda dotar os serviços municipais de recursos humanos especializados para que se possa aproveitar ao máximo os financiamentos comunitários que vão sendo disponibilizados. Em 2018 este indicador registou uma percentagem de 79%.

Rácios de estrutura da receita

Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas

2015	2016	2017	2018
18%	17%	39%	18%

Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total

2015	2016	2017	2018
5%	4%	3%	6%

Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia

2015	2016	2017	2018
82%	83%	61%	82%

A confirmar de certa forma o que referimos no último parágrafo estes rácios demonstram por um lado, a dificuldade da autarquia em gerar receitas próprias, por outro lado o peso diminuto das receitas proveniente dos impostos diretos, como sejam o IMI, o IMT, ou o IUC, na estrutura da receita e por último a dependência do orçamento municipal face às transferências.

Rácios de estrutura da despesa

Mede o peso da despesa de capital na despesa total

2015	2016	2017	2018
36%	30%	40%	34%

Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total

2015	2016	2017	2018
34%	35%	30%	33%

Neste capítulo apresentamos apenas dois indicadores. O primeiro mede a capacidade da autarquia em afetar os recursos disponíveis à componente de investimento. Este indicador que no último ano tinha registado uma ligeira recuperação, voltou a cair para valores semelhantes aos dos anos anteriores.

Quanto ao segundo indicador, de salientar uma tendência de algum equilíbrio. As despesas com pessoal obtiveram ao longo dos últimos anos um valor entre os 30% e os 35% o que revela uma gestão cuidada desta componente da despesa.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados podem não ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%. Os valores apresentados indicam-nos claramente que não se perspetivam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

Liquidez Geral

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante

2015	2016	2017	2018
1296%	1885%	1049%	882%

Liquidez Imediata

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades

2015	2016	2017	2018
1110%	1669%	915%	771%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos. Estes rácios tem ao longo dos últimos quatro anos vindo a registar valores altíssimos o que garantem a estabilidade financeira da autarquia no médio e longo prazo.

Rácios de alavanca financeira

Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades

2015	2016	2017	2018
33%	31%	30%	28%

Estrutura de Endividamento

Mede o grau de peso das dívidas de curto prazo

2015	2016	2017	2018
11%	13%	21%	26%

Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia

2015	2016	2017	2018
5%	3%	3%	3%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor apresentado nos últimos anos, que se situa entre os 28% e os 33%, significa que da atividade municipal é financiada em cerca de 30% por capitais alheios. Este rácio tem vindo a descer ao longo dos anos, espera-se contudo que o mesmo possa no próximo ano registar um ligeiro acréscimo fruto

da contratação de novas operações financeiras, mas que em nada vai afetar a boa capacidade de endividamento da Autarquia.

De referir ainda o peso das dívidas de curto prazo, que regista uma percentagem de 26%, ligeiramente acima do valor registado em 2017, mas que traduz uma parcela pouco significativa para a atividade da Autarquia.

Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

Autonomia Financeira

**Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência
nessa mesma proporção**

2015	2016	2017	2018
67%	69%	70%	72%

Solvabilidade

Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio

2015	2016	2017	2018
205%	222%	232%	252%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 70% pelos seus Fundos Próprios.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

O endividamento autárquico encontra-se regulamentado pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Refere o artigo 52.º que a dívida total do município incluindo da dívida de todas as entidades que revelam para a dívida total municipal, e que se encontram previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A tabela seguinte pretende demonstrar a dívida total do município em 31/12/2018 bem como a sua situação face aos limites impostos pela legislação aplicável.

Quadro 13 – Composição da Dívida Total das Operações Orçamentais

1. Dívida de M/L Prazo	1.871.789,49€
2. Dívidas de Curto Prazo	473.375,08€
3. Dívidas Não Orçamentais	165.949,36€
4. Dívida Total de Operações Orçamentais (1+2-3)	2.179.215,21€

Quadro 14 – Situação do Município face ao limite

1. Dívida Total de Operações Orçamentais	2.179.215,21€
2. Contribuição das Entidades SM, AM, SEL	61.125,07€
3. Dívida Total a Considerar	2.240.340,28€
4. Limite ao endividamento	5.639.726,91€
5. Margem face ao limite (4-3)	3.399.386,63€

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com uma margem considerável como se pode comprovar pelos valores apresentados para recorrer à contratação de novas operações de financiamento.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 828.591,94€, seja incorporado na conta 59 – Resultados

Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%)	-	82.859,19€
-----------------------------------	---	------------